

ELENI RAQUEL DA SILVA TSURUZONO

**A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR EM CAXIAS DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre

2011

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

T882p Tsuruzono, Eleni Raquel da Silva  
A proteção social da pessoa idosa: desafios e estratégias para enfrentamento da violência familiar em Caxias do Sul / Eleni Raquel da Silva Tsuruzono. – Porto Alegre, 2011. 192 f.  
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.

Orientador: Dra. Leonia Capaverde Bulla.

1. Idoso. 2. Violência Doméstica. 3. Políticas Públicas. 4. Envelhecimento. 5. Relações Familiares. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

CDD 362.615

**Bibliotecária Responsável**  
Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

## SUMÁRIO

|   |  |
|---|--|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>6</b>                                       |
| <b>2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b><br>Indicador não definido.             | <b>Erro!</b>                                   |
| 2.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO E SUAS CATEGORIAS.....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 2.2 CATEGORIAS TEÓRICAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 2.3 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 2.3.1 Tipo de pesquisa e a escolha dos sujeitos .....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 2.3.2 O contexto da pesquisa: Caxias do Sul, aspectos econômicos e sociais.....                         | <b>Erro!</b><br>Indicador não definido.        |
| 2.3.3 Organização dos Dados .....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 2.3.4 Análise dos Dados.....  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| <b>3 PROTEÇÃO SOCIAL PARA O IDOSO NO CONTEXTO BRASILEIRO</b><br>Indicador não definido.                 | <b>Erro!</b>                                   |
| 3.1 O CONTEXTO SÓCIO, POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 3.2 A QUESTÃO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA<br>CONTEMPORANEIDADE .....               | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 3.3 PROTEÇÃO SOCIAL PARA O IDOSO: CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS E SUA<br>MATERIALIZAÇÃO.....                 | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO, O FORTALECIMENTO DO SETOR<br>PRIVADO SOB A LÓGICA DO CAPITAL ..... | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 3.5 SERVIÇOS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO IDOSO  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| <b>4 LONGEVIDADE E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI .....</b>  | <b>Erro!</b>                                   |
| 4.1 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, LONGEVIDADE E VIVER A VELHICE.....   | <b>Erro!</b><br><b>Indicador não definido.</b> |
| 4.2 ENVELHECIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA ...   | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 4.3 IDOSO, MAUS-TRATOS E MECANISMOS DE PROTEÇÃO ..  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| <b>5 DESOCULTAMENTO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA A PESSOA<br/>IDOSA EM CAXIAS DO SUL .....</b>          | <b>Erro!</b>                                   |
| 5.1 CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 5.2 A EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA .....  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| 5.3 COMO O IDOSO AVALIA E RESISTE À VIOLÊNCIA FAMILIAR  | <b>Erro! Indicador não definido.</b>           |
| <b>6 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA A PESSOA<br/>IDOSA EM CAXIAS DO SUL .....</b>           | <b>Erro!</b>                                   |
| 6.1 EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA<br>EM CAXIAS DO SUL .....                   | 120  |
| 6.2 UM OLHAR PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A<br>PESSOA IDOSA .....                           | 131  |

|  |              |
|--|--------------|
| 6.3 O ATENDIMENTO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA .....  | 135          |
| 6.4 PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO NO SEIO FAMILIAR .....  | 145          |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>151</b>   |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>160</b>   |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>170</b>   |
| <b>APÊNDICE A - Formulário de Entrevista – Idoso .....</b>   | <b>.....</b> |
| <b>APÊNDICE B - Formulário de Entrevista – Cuidador .....</b>  | <b>.....</b> |
| <b>APÊNDICE C - Questionário Profissionais da Área .....</b>   | <b>173</b>   |
| <b>APÊNDICE D - Questionário para os Gestores .....</b>  | <b>176</b>   |
| <b>APÊNDICE E – Roteiro para Análise Documental .....</b>  | <b>178</b>   |
| <b>APÊNDICE F – Carta de Apresentação.....</b>   | <b>179</b>   |
| <b>APÊNDICE G – Termo de Compromisso para Utilização de Dados.....</b>   | <b>181</b>   |
| <b>APÊNDICE H – Termo de Compromisso para Utilização de Dados</b> Erro! Indicador não definido. <b><a href="#">82</a></b>                |              |
| <b>APÊNDICE I – Termo de Compromisso para Utilização de Dados</b> Erro! Indicador não definido. <b><a href="#">83</a></b>                |              |
| <b>APÊNDICE J – Termo de Compromisso para Utilização de Dados</b> Erro! Indicador não definido. <b><a href="#">84</a></b>                |              |
| <b>APÊNDICE K – Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido - Idosos ....</b>   | <b>185</b>   |
| <b>APÊNDICE L – Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido –</b><br><b>_____ Cuidadores .....</b>                              | <b>186</b>   |
| <b>APÊNDICE M – Relação de Documentos Analisados .....</b>   | <b>187</b>   |
| <b>ANEXO A – Aprovação da Comissão científica do Programa de Pós-Graduação</b><br><b>_____ em Serviço Social PPGSS/PUCRS .....</b>       | <b>189</b>   |
| <b>ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia</b><br><b>_____ Universidade Católica do Rio Grande do Sul .....</b> | <b>189</b>   |

## RESUMO

As políticas públicas de enfrentamento à violência familiar, contra a pessoa idosa, constituem a temática central da presente dissertação. Com base na fundamentação teórica, realizou-se uma análise crítica das refrações da questão social e de seus rebatimentos, na organização das políticas públicas, dando destaque às políticas de atenção ao idoso, sua trajetória de regulamentação e materialização em diferentes âmbitos, nacional, estadual e municipal. Discutiu-se, ainda, o processo do envelhecimento humano, a longevidade, a qualidade de vida na velhice e os desafios do século XXI para enfrentamento da violência familiar contra a pessoa idosa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que se apropria do método dialético crítico para subsidiar o caminho do conhecimento, através das categorias teóricas do método (historicidade, totalidade e contradição), permitindo apreender, desvelar e realizar aproximações sucessivas da realidade pesquisada. As categorias teóricas que nortearam a busca de explicação da realidade foram: envelhecimento humano, idoso, família, violência familiar e políticas públicas. No trabalho de campo, foram entrevistados 13 idosos e 10 cuidadores, tendo sido aplicados 40 questionários aos profissionais da área e a dois gestores. Além disso, foi realizada a análise documental de 44 procedimentos administrativos do Ministério Público Estadual. Dentre os principais resultados da pesquisa, identificou-se que a violência contra a pessoa idosa é, muitas vezes, velada e, em consequência, nem sempre identificada e/ou notificada. A denúncia, em geral, ocorre tardiamente, quando a violência tornou-se recorrente, e sua manifestação é bastante grave, com ocorrência de lesões, hematomas, ameaças de morte e outras. São vários os desafios para a rede de proteção e garantia de direitos da pessoa idosa, dentre os quais, priorizar a implantação de políticas públicas indutoras de inclusão ou reinserção, que possam garantir as necessidades básicas das famílias; a superação de situações de riscos e vulnerabilidades sociais; a construção de ambientes saudáveis e sem violência. Requer-se, ainda, aprimorar os critérios de coleta de dados, através de uma maior articulação da rede intra e interinstitucional. Para isso, torna-se necessária a elaboração de diagnósticos e planos de atendimento qualificado, interdisciplinar, para subsidiar uma intervenção mais eficaz no enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos, sejam os idosos, a família e os agressores. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da capacitação de profissionais, para que, através da construção de metodologias inovadoras, se consiga transformar pressupostos teóricos em diretrizes operacionais capazes de nortear a ação para a proteção social ao idoso. A violência familiar contra a pessoa idosa necessita ser enfrentada e as possibilidades, sobretudo, dependem de uma ação coletiva, de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

**Palavras chaves:** envelhecimento humano, idoso, família, violência familiar, políticas públicas

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade em todo o mundo. No Brasil, os idosos representam 11,1% da população (IBGE, 2009), e o Rio Grande do Sul é o segundo estado em número de idosos e o primeiro em expectativa de vida. Em Caxias do Sul – RS, estima-se que existam 40.912 idosos, 9,88% do total da população, segundo dados informados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (2009).

Estima-se que até 2025 o Brasil torne-se o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas. É um fenômeno global com repercussões nos campos social e econômico, por conseguinte, no poder público, na sociedade e na a família, demandando políticas públicas para atender essa parcela da população e, como também, a constituição de uma nova cultura de valorização da pessoa que envelhece. O envelhecimento diz respeito diretamente a própria afirmação dos direitos humanos fundamentais, porém cuidados geriátricos e gerontológicos não se resumem ao aumento do período de vida, mas referem-se, principalmente, à melhoria da qualidade dessa vida. Portanto, a velhice não significa apenas o direito que cada ser humano tem de viver muito, mas, certamente, o de viver com dignidade.

No Brasil, assim como no resto do mundo, a violência contra os mais velhos é um fenômeno social, que se expressa nas diversas formas como são organizadas as relações entre classe, gênero, etnia e os grupos de idade, nas mais variáveis formas de poder político, institucional e familiar. Assim, tratar desse problema significa, também, compreender as relações entre as várias etapas do ciclo de vida, sua representatividade social na sociedade e as respostas institucionais que abarcam estas questões. Para compreender as expressões da violência e as estratégias de enfrentamento na sociedade brasileira, buscam-se elementos históricos para explicitar a organização de políticas públicas a este segmento etário.

O Brasil foi signatário de dois Planos Internacionais de Ação para o Envelhecimento: o Plano de Viena (ONU, 1982) e o de Madri (ONU, 2002). A partir do primeiro compromisso firmado passou a ser incorporou-se, de forma mais assertiva, esse tema na agenda política, constituindo um importante referencial para o direcionamento das políticas públicas para o idoso em todo território brasileiro. Esse tema foi incorporado ao capítulo referente às questões sociais do texto constitucional de 1988 e às leis subsequentes: Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/94), o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), entre outras regulamentações.

Apesar destes e outros mecanismos legais, que visam à proteção do idoso, ainda é necessário sensibilizar a sociedade, o Estado e a família para a questão do envelhecimento humano, seja através de políticas públicas afirmativas, que garantam a dignidade do idoso, ou de ações que venham combater às causas da violência contra a pessoa idosa.

Neste sentido é que cabe refletir que a não-violência está baseada no respeito absoluto à integridade das partes implicadas e requer a construção de uma consciência social, que inicia no seio familiar. Boa parte das agressões contra os mais velhos, no Brasil, é praticada na família. A vitimação dos idosos é um fenômeno cruel e que não tem apresentado relevância social. Dessa forma, reforça-se o que Marilda Yamamoto (2008) chama de “banalização da vida humana”, que perversamente são as características determinantes das expressões da questão social no cenário contemporâneo.

Na defesa intransigente pelos direitos humanos, a realização de estudos e pesquisas, que procuram buscar respostas as expressões da questão social na atualidade, em particular, a violência contra a pessoa idosa, torna-se necessário criar-se condições para avançar nas estratégias de enfrentamento.

Um dos parâmetros importantes, que abordam este presente estudo, para a garantia dos direitos à pessoa idosa, está a *Declaração Política que acompanha o II Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento em Madri (ONU, 2002)*, que é um importante referencial para o direcionamento das políticas públicas, para o idoso, em todo o território brasileiro. Mais especificamente a orientação que visa a “Criação de Ambiente Propício e Favorável”, direcionada ao tema “Abandono, maus-tratos e violência”, o qual apresenta dois objetivos gerais. Estes objetivos são: 1) Eliminação de todas as formas de abandono, abuso e violência contra idosos e; 2) Criação de serviços de apoio para atender aos casos de abuso e maus-tratos a idosos (MENDONÇA; GÓIS, 2003). O próprio *II Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento em Madri (ONU, 2002)* objetiva o estímulo à pesquisa, para que se conheçam, amplamente, as causas, a natureza, a magnitude, a gravidade e as consequências de todas as formas de violência contra mulheres e homens idosos, com a finalidade de divulgar as conclusões dos estudos.

O *Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007-2010)* foi proposto pelo Governo Federal (BRASIL, 2006), possibilitando a aplicabilidade dos mecanismos legais, já existentes, visando a criação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. Desta forma, o que se pretende com esta pesquisa é atingir um dos objetivos específicos acima mencionados.

A violência contra o idoso é um tema obrigatório e, por isso, torna-se necessário sensibilizar a sociedade, o Estado e a família para o seu enfrentamento. É neste sentido que a relevância desta pesquisa perpassa o conhecimento das potencialidades e fragilidades, tanto nas ações estatais e como não-estatais, para o enfrentamento da violência familiar contra a pessoa idosa.

Este estudo se propõe, ainda, a analisar a expressão da violência familiar contra a pessoa idosa e desvendar as estratégias utilizadas pelos idosos e pela Rede de Proteção de Caxias do Sul (RS), principalmente no que se refere ao enfrentamento da questão da violência familiar contra a pessoa idosa. A proposta desta pesquisa inscreve-se no conjunto dos questionamentos, e indagações, discutidos em todo o Brasil, seja através das Conferências Municipais e Estaduais do Idoso ou das duas Conferências Nacionais em relação aos avanços e desafios na implementação da Rede de Proteção da Pessoa Idosa.

Para Caxias do Sul, a relevância deste estudo é procurar contribuir, com respostas, às demandas que se destacaram na ampla discussão<sup>1</sup> realizada na II Conferência Municipal do Idoso de Caxias do Sul, feita no ano de 2008, onde se deliberou sobre a ampliação da “rede de atendimento psicológico ao agressor e ao idoso em caso de violência”, e a criação de um “órgão responsável, chamado Coordenadoria do Idoso, composto por uma equipe multidisciplinar, tendo como objetivos o acolhimento e o monitoramento a partir das denúncias de violação de direitos” e as deliberações que requerem atitudes pró-ativas no que se refere ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

Trata-se, portanto, de indagações que foram problematizadas, no desenrolar desta pesquisa e os seus resultados servirão de subsídios para a organização de políticas públicas a este segmento etário, fundamentalmente, aos idosos que sofrem com a violência familiar.

Compreende-se que, no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, o pesquisador é parte fundamental. Sendo assim, deve estar atento a todas as situações que observa, sem preconceito, buscando o entendimento da realidade apresentada, com uma vigília metodológica. Cabe aqui ressaltar que a proponente desta investigação é servidora pública da Prefeitura de Caxias do Sul, tendo participado, efetivamente, de todo o processo de construção de políticas públicas para os idosos. Deste modo, acompanha suas relações e acontecimentos, vivencia o

---

<sup>1</sup> Na ocasião, foram realizadas 77 sessões de grupos focais, coletados dados dos idosos participantes de grupos de convivência de esporte e lazer (urbano e rural), centros de convivência de assistência social, centro dia, grupos constituídos em Unidades Básicas de Saúde (urbana e rural), Instituições de Longa Permanência para Idosos, Universidades e Faculdades que tem atividades direcionadas ao idoso, associação de aposentados e pensionistas de Caxias do Sul, representando um universo de 1.932 pessoas participantes. Reuniram-se 87 trabalhadores da área (Pré-Conferência dos trabalhadores), incluindo os gestores governamentais, não governamentais e o Ministério Público. Por fim, a II Conferência Municipal do Idoso de Caxias do Sul contou com 700 participantes, entre delegados, convidados e idosos.

tempo e o espaço do objeto de pesquisa, os seus problemas, as correlações de forças, os avanços e retrocesso, e todos os determinantes culturais que delinham o objeto deste estudo.

O processo de desvelamento das necessidades sociais do idoso, feito pela autora, foi iniciado no ano de 1992, quando esta foi inserida como servidora pública nas atividades do Grupo de Convivência para Idosos em Cachoeirinha (RS). Neste mesmo ano, buscou a qualificação das ações, com a participação no curso promovido pela Associação Nacional de Gerontologia Social sobre “Noções Básicas de Gerontologia Social”. Com preocupação em relação ao processo acelerado do envelhecimento humano, envolveu-se ativamente no processo de constituição de vários Grupos de Convivências para Idosos, Centro Dia, Programa de Apoio Sócio Familiar ao Idoso, regularização de Instituições de Longa Permanência para Idosos, entre outros projetos e ações, que possibilitaram a inclusão social do idoso em três cidades do Rio Grande do Sul. São elas: Cachoeirinha, Sertão Santana e Caxias do Sul. Nestas cidades, prestou assessoria para a criação do Conselho Municipal do Idoso e, também, envolveu-se na organização das conferências municipais, além de ser escolhida delegada às conferências Estadual e Nacional.

A autora, atualmente, faz parte do Grupo de Trabalho que organiza a Política Municipal do Idoso de Caxias do Sul. Vale referir que, na área de construção e socialização do conhecimento, obteve a compreensão sobre este segmento etário, a partir da participação em vários cursos de extensão e especialização em gerontologia social, como também apresentou a experiência profissional em congressos, seminários, conferências, cursos, entre outros, que culminaram com publicações nesta área.

Em 2009, com o ingresso no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, adquiriu a oportunidade de construir conhecimento sobre a questão do envelhecimento humano no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais - NEDEPS, uma vez que os projetos convergiam para os mesmos fins. O aprendizado, a troca entre bolsista e pesquisadores com notório conhecimento na área, foi de suma importância. Possibilitou sair do senso comum e compor uma cientificidade, a partir das orientações sucessivas que aconteceram durante os semestres. Observa-se que o conhecimento construído, a partir do exercício profissional, é válido, porém insuficiente para responder a complexidade e dinamicidade do tema norteador desta pesquisa: envelhecimento e direitos sociais.

Nesse sentido, a vivência no NEDEPS possibilitou um espaço de troca, interação de conhecimento, de práxis, mas, essencialmente, de superação, frente aos inúmeros questionamentos realizados neste processo. O intercâmbio entre os membros do Núcleo, professores da Pós-Graduação e profissionais da Rede de Proteção ao Idoso de Caxias do Sul

foram fundamentais para a delimitação do tema e a composição do problema de pesquisa, tendo em vista a abrangência do objeto de estudo.

O material deste estudo encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata-se de questões introdutórias, que perpassa toda a organização da discussão realizada no estudo. No segundo capítulo são detalhados os caminhos metodológicos adotados para a realização deste estudo, que compreende o ciclo da pesquisa em três etapas: a fase exploratória (definição tema e das questões norteadoras, os objetivos, caracterização da abordagem e tipo de estudo, apresentação do método e suas categorias e o processo de escolha do universo e sujeitos da pesquisa, revisão bibliográfica), o trabalho de campo (contexto da pesquisa, contatos institucionais, realização das entrevistas e questionários) e o tratamento do material (transcrições das entrevistas, mapas qualitativos, categorização, inferência, descrição e interpretação). Enquanto pesquisa qualitativa, a base foi apropriação do método dialético crítico e o conhecimento foi construído a partir das categorias teóricas do método (historicidade, totalidade e contradição), mediadas com categorias teóricas explicativas da realidade, as quais subsidiaram reflexões e apontamentos sobre o tema, sendo elas: envelhecimento humano, idoso, família, violência familiar e políticas públicas

No terceiro capítulo, é apresentada uma análise de conjuntura sobre o contexto sócio-político e econômico brasileiro, analisando a questão social e a organização das políticas públicas na contemporaneidade, com foco especial às políticas públicas para o idoso. Introduz-se a discussão sobre a materialização dos direitos e a responsabilidade do Estado, problematizando a questão da privatização do atendimento, seja pelo mercado ou por organizações não governamentais. É feita, também, uma revisão documental no sentido de descrever os serviços e programas de atendimento ao idoso, previstos pelo governo federal, os quais definem diretrizes para os programas estaduais e municipais, fundamentalmente no que se refere à destinação orçamentária.

No quarto capítulo procurou-se dissertar sobre a transição demográfica, o envelhecimento humano, a longevidade, a qualidade de vida, os maus tratos e os mecanismos de proteção, como os desafios do século XXI. Descreve-se todo o esforço de ampliar o olhar sobre este segmento etário que cresce em todo o planeta, fundamentado em dados estatísticos e demográficos.

Após essa discussão, foi iniciado o processo de desocultamento da violência familiar contra a pessoa idosa em Caxias do Sul. Nos dois últimos capítulos, apresentam-se os principais resultados obtidos na investigação realizada, bem como algumas sugestões, no intuito de

contribuir no desvelamento e compreensão das expressões da violência contra a pessoa idosa e suas formas de enfrentamento.

Nas considerações finais procurou-se elaborar uma síntese da pesquisa, trazendo elementos de análise dos resultados, reflexões e indicativos sobre a violência familiar contra a pessoa idosa, bem como formas de resistências e de enfrentamento desta expressão da questão social em Caxias do Sul (RS), podendo servir de subsídios para outros municípios e Estados. Há que levar em conta que os resultados de uma pesquisa, na área das ciências sociais, acabam por se constituir numa aproximação da realidade social. O enfoque é partilhar o produto final dos dados compilados, encarando-os de forma provisória, aproximativa, podendo ser superado por outros estudos e afirmações futuras.

Compõe, ainda, nesta produção, as referências bibliográficas que nortearam este estudo, os apêndices, que incluiu os instrumentos de coleta utilizados na investigação, bem como os termos de consentimento informado e os anexos, com as cartas de aprovação da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PPGSS/PUCRS e do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente dissertação de mestrado foi o de analisar a expressão da violência familiar contra a pessoa idosa, procurando desvendar as estratégias utilizadas, tanto pelos idosos como pela Rede de Proteção de Caxias do Sul (RS), no que se refere ao seu enfrentamento. Este estudo possibilitou, ainda, realizar uma ampla discussão sobre a questão da violência contra a pessoa idosa, na sociedade atual, suas causas e conseqüências e, além disso, desenvolveu-se uma análise qualitativa das expressões de violência familiar identificadas na cidade de Caxias do Sul, descortinando a realidade e permitindo apresentar alguns indicativos acerca do papel dos governantes, da sociedade e da família no seu enfrentamento.

A pesquisa aborda temas de reflexão e ações emergentes, que são ainda insuficientes para elucidar o processo em curso, mas já estão presentes em nossa sociedade e que desafiam os atores sociais, na proposição de novas intervenções, projetos e programas (especialmente governamentais) para a superação e/ou amenização da violência contra a pessoa idosa. Dessa forma, considera-se que os resultados deste estudo são parâmetros importantes para desvelar as mediações, que se estabelecem na complexidade da referida realidade e no seu enfrentamento, podendo servir de subsídios para novas pesquisas, como também podem contribuir para a implementação de políticas públicas e assessorar gestores públicos, profissionais da área da saúde, da assistência social, entre outras áreas no exercício da prática social.

Enquanto pesquisa qualitativa, orientada pelo método dialético crítico e, apropriando-se de um conjunto de instrumental teórico-metodológico, foi possível apreender a expressão da violência contra a pessoa idosa em Caxias do Sul e as categorias de análise permitiram iluminar as interconexões da realidade, em suas mediações do singular-particular-geral, possibilitando assim a compreensão do fenômeno em sua totalidade num contexto histórico e contraditório.

Com base na pesquisa bibliográfica e nos dados de realidade local, identificou-se aspectos que implicam e interferem na reprodução da violência contra a pessoa idosa, tendo na sociedade capitalista seus desdobramentos e, na complexidade da realidade social, os determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesta perspectiva cabe destacar que, na sociedade brasileira, a cidadania formal e a materialização dos direitos, não encontram contrapartida na realidade concreta, uma vez que as práticas sociais, historicamente, são antagônicas à efetivação da cidadania. Convive-se, corriqueiramente, com explícitas formas de exclusão social, desigualdades e violências de diferentes ordens que perpetuam a banalização da vida dos sujeitos.

Na luz da perspectiva crítica é evidenciado que, na sociedade contemporânea, estes entraves culminam com uma lógica privatista, acirrando ainda mais o processo de consolidação dos direitos, convergindo, inevitavelmente, para a seletividade e exclusão social. Nessa perspectiva, com o dismantelamento das estruturas do Estado, questiona-se a universalidade da abrangência pública gratuita à saúde, tendo sempre presente que as respostas às demandas de atendimentos de saúde (entre outras), vêm prevalecendo, quase que exclusivamente, através de parcerias público-privadas. De acordo com a pesquisa realizada, observou-se que os programas de atendimento direto ao idoso em situação de violência na cidade de Caxias do Sul são, quase que exclusivamente, desenvolvidos por organizações privadas e não governamentais, subsidiadas por recursos públicos. Para a questão acima referida, apesar de divergentes pontos de vista na sociedade atual, ressalta-se a relevância da responsabilidade Estatal, tomando como horizonte o acesso equânime que, a priori, deve ser garantido na perspectiva de uma política pública de Estado.

Levando-se em conta a realidade, em seu processo histórico e no movimento contraditório, considera-se que, se por um lado a efetivação da Lei Federal nº 8.842 que institui a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994), gerou avanços significativos, discussões, estudos em diferentes níveis, mobilizando gestores para o fomento de serviços, programas e projetos na área, por outro, ainda há uma trajetória a ser construída para que as diretrizes estabelecidas em lei possam ser efetivadas. Em Caxias do Sul há três anos vem se discutindo um projeto de lei que cria a Política Municipal do Idoso. O grupo de trabalho responsável por esta ação tem utilizado de instrumental teórico, além de compor estratégias e táticas para a construção de um texto legal factível de ser efetivado.

Espera-se que avanços significativos possam emergir a partir da criação da Política Municipal do Idoso. No projeto de lei<sup>2</sup> (APÊNDICE M, DOCUMENTO 80) está proposto que o Conselho Municipal do Idoso – CMI manterá uma secretaria geral, destinada a assessoria técnica, sendo necessário que, no mínimo, um dos membros tenha especialização na área do envelhecimento humano, o que termina por prever qualificação das ações, bem como o correto suporte administrativo necessário ao seu funcionamento. Entre as competências desta assessoria técnica está a de coordenar a elaboração do diagnóstico da realidade do idoso no Município; fomentar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; fomentar a articulação intersecretarias; elaborar proposta orçamentária, que possa dar conta da demanda reprimida, com os devidos encaminhamentos legais, ou seja, incluir no Plano

---

<sup>2</sup> Equipe responsável pela proposição desta lei: Eleni Raquel da Silva Tsuruzono, Maria Luiza Bedin, Tânia Beatriz Suzin, Nádia Perotoni, Alda Lundgren e Marles Andreazza.

Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); acompanhar a execução orçamentária prevista; encaminhar para apreciação e deliberação do Conselho Municipal do Idoso os relatórios semestrais e anuais de atividades e participação da fiscalização dos recursos destinados ao idoso; coordenar o cadastramento e manter o sistema de cadastro atualizado de entidades e organizações de atendimento ao idoso no município; promover capacitações, simpósios, seminários e encontros específicos na área do idoso na garantia da qualidade dos serviços prestados.

A partir de discussões coletivas, em pré-conferências, conferências, seminários e debates, os trabalhadores da área do idoso compreendem que, com esta estrutura e competências, será possível avançar na proteção social do idoso em Caxias do Sul. No entanto, compreende-se que a falta de implantação de algumas ações não corresponde à inexistência de leis, mas, na verdade, carece de prioridade orçamentária para implantação de políticas públicas, que venham a atender o idoso em suas necessidades sociais.

Um dos problemas mais urgentes a ser enfrentado é a redução do número de violência física e psicológica, perpetrada contra o idoso, na cidade de Caxias do Sul. Os dados, provenientes do levantamento dos 280 procedimentos administrativos instaurados no Ministério Público, durante o período de 2008 e 2009, informam e aponta a ocorrência da violação dos direitos do idoso, mediante diferentes tipos de violência, caracterizados essencialmente como negligência, abandono, maus-tratos, apropriação de bens e/ou benefícios previdenciários, pela própria conduta do idoso, entre outras hipóteses, o que torna imprescindível o fomento de atitudes imediatas para a mudança desta realidade.

Observando os principais instrumentos de coleta de dados sobre violência contra a pessoa idosa em Caxias do Sul (Boletins de Ocorrência policial, dados dos RINAVs, informações de profissionais da Secretaria da Saúde, da Fundação de Assistência Social e do Poder Judiciário), a tipologia que caracteriza a violência e as formas como esta se concretiza, constata-se que as denúncias, geralmente, ocorrem tardiamente. Somente após a manifestação da violência se tornar bastante explícita, como na ocorrência de lesões, hematomas, ameaças, entre outros, é que existe a comunicação do fato.

Desta forma, ponderando-se a observação citada com a constatação de que a violência contra a pessoa idosa é, por muitas vezes velada e, conseqüentemente, não identificada e/ou notificada, torna-se possível ressaltar que existem indicativos de que o número de violência é superior aos registros. Esta realidade apresenta-se de forma similar a pesquisa nacional, realizada por Faleiros (2007b, p.350), que termina apontando que existe “uma diversidade de critérios e arranjos institucionais para o atendimento ao idoso”.

Um ponto destacado pelos denunciante é a questão do percurso (a “maratona” para realizar a denúncia), o tempo destinado para o início das intervenções e a solução dos casos. São referidos porque requerem, de forma urgente, uma melhoria no processo de registro e monitoramento de casos, pois não atendem as expectativas necessárias. Este trabalho apontou relevância em aprimorar os critérios de coleta de dados, tornando-os mais articulados (unificando a tipologia), para que possam dar mais visibilidade à totalidade das expressões da violência contra a pessoa idosa.

A partir do aprendizado adquirido com esta pesquisa, apresenta-se como indicativo a constituição de um software, que possibilite o cruzamento dos dados coletados pelo Ministério Público, pela Fundação de Assistência Social, pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Delegacia de Polícia, pelo Conselho Municipal do Idoso, entre outros que notificam denúncias no município. Este banco de dados deve manter atualizado o perfil epidemiológico da violência contra a pessoa idosa em Caxias do Sul, que atualmente esta sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, através do SINAN - Sistema Nacional de Agravos e Notificações. Respeitando os aspectos éticos, fundamentalmente no que se refere ao sigilo dos casos, este sistema informatizado deve prever duas formas de acesso aos dados: uma para fins estatísticos e elaboração de relatórios e outra, restritiva aos profissionais que atendem o idoso vitimizado, contendo diagnóstico, intervenções realizadas, equipe responsável pelo monitoramento do caso, evolução do atendimento e os motivos que levaram o desligamento. Enfim, disponibilizar informações que possibilitem monitorar a evolução e natureza dos crimes, a propensão dos idosos fazerem a denúncia, a informação dos autores da violência, as medidas tomadas e a evolução dos processos.

Com a implementação deste sistema será possível superar a prática de apenas identificar e encaminhar as situações de maus tratos. Este registro permite o conhecimento das situações de violência contra a pessoa idosa, possibilitando o desenvolvimento de ações de prevenção, assistência adequada e a avaliação dos seus resultados. Será possível visualizar o compromisso da (s) equipe (s) no que refere à superação da violência, as formas de evitar reincidências, o tempo dedicado para realização de um trabalho efetivo e a equipe necessária para o atendimento mais qualificado, entre outras questões importantes. Essas informações são essenciais para dar as diretrizes na implantação das políticas públicas a este segmento etário.

Na análise realizada, teve-se como finalidade compreender, de forma mais abrangente, os indicadores sociais de violência contra pessoa idosa. Desta forma, o resultado da pesquisa contemplou elementos importantes da conexão das complexas mediações de questões singulares com os determinantes mais amplos da sociedade. Neste contexto também se inclui um olhar

para a família, que enquanto instituição social deveria, a princípio, cumprir a função de cuidado e proteção a pessoa idosa. Contudo é na família que ela encontra a desproteção e vivencia situações de vulnerabilidade e risco social. Na pesquisa, a amostra aponta para o significativo número de casos em que a violência é perpetrada por filhos. Outro dado relevante é que a violência, perpetrada contra a pessoa idosa, ocorre num contexto de uso de álcool e/ou drogas, de algum membro da família, seja filho (a), neto (a), cônjuge ou o próprio idoso. Destaca-se, também, que as relações e vínculos familiares ao longo da vida destes sujeitos foram se fragilizando culminando na violência, que em alguns casos, representa o revés da violência sofrida.

Quando se esgota a possibilidade do idoso permanecer no seio familiar, a alternativa tem sido o abrigamento. A mulher idosa, correndo risco de vida, pode de imediato, ser encaminhada para a Casa de Apoio às Mulheres em Situação de Violência, porém existe a restrição, na inclusão neste Programa, quando ela apresentar problemas sérios de saúde ou dependência. O homem idoso é encaminhado para o Albergue Municipal, com as mesmas restrições. Na possibilidade de não inserção em programas de caráter provisório, a saída encontrada tem sido o encaminhamento direto para Instituições de Longa Permanência para Idosos, o que, muitas vezes, não define como um abrigo provisório e sim, permanente, facilitando, tanto para o governo<sup>3</sup>, quanto para a família<sup>4</sup>, mas nem sempre atendendo o desejo do idoso.

Os diferentes arranjos familiares se explicitaram na investigação, embora não tenha sido foco explorar este tema relevante, já que traz repercussões na questão da violência contra a pessoa idosa. Neste estudo foi possível apreender aspectos da dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Ou seja, de compreender a situação social do idoso, sua história de vida, identificar os problemas reais e captar o comportamento social e suas variantes como avaliam, sentem, agem e resistem.

Algo que pode repercutir no enfrentamento da violência familiar, é a implantação do Projeto Justiça Restaurativa. Esta prática implica em ressignificar a questão da violência e interagir como o espaço da reflexão, de reparação e de arrependimento canalizado, para a reconstrução do que foi danificado com o conflito e a promoção de ambiente saudável. Como um modelo alternativo de resolução de conflitos, pode subsidiar as intervenções de combate a violência contra a pessoa idosa.

---

<sup>3</sup> Diante a complexidade da situação em manter ou recolocar em uma família substituta, identificar um cuidador que o proteja e evite novas violações de direitos, de adaptar a moradia para acolher mais um membro, de garantir o monitoramento do caso no território (atendimento médico, de enfermagem, social, psicológico, entre outros).

<sup>4</sup> De desresponsabilização pelo cuidado e solução imediata de seus problemas.

As estratégias, identificadas neste estudo, perpassam por um conjunto articulado de ações, seja do Sistema de Justiça, da Rede de Proteção Social governamental e não governamental e, substancialmente, da família. Os idosos entrevistados, em uma minoria (38,5%), tomaram a atitude em fazer a denúncia, tendo em vista não suportar mais a situação. Os demais (61,5%) tiveram que contar com apoio de um familiar ou da rede de proteção para enfrentar a situação de violência vivenciada. Das estratégias, as mais utilizadas foram as seguintes: sair de casa; procurar o Tribunal de Justiça para reivindicar seus direitos; chamar a intervenção da Brigada Militar; fazer o Boletim de Ocorrência policial; solicitar o afastamento do agressor; entregar os bens para “livrar-se” do agressor; buscar tratamento psicológico e/ou psiquiátrico para enfrentar a situação. Pôde-se inferir que o idoso, na maioria das vezes, desconhecia os seus direitos, previsto no Estatuto do Idoso, e passaram por muitos anos mascarando as violações sofridas, com o medo de novas retaliações e de exposição pública, que possibilitaram as reiterações da violência. Os idosos devem sentir-se sujeitos de direitos e buscar os mecanismos de reparação da violência, pois tudo leva a crer que a cultura de paz passa pela superação da cultura da subalternidade e isto há que avançar para o enfrentamento, tanto da violência intrafamiliar, quanto institucional e estrutural.

É perceptível o movimento da família, mesmo que de forma introvertida e tardia, em procurar os mecanismos de proteção para efetivar a denúncia. Dentre as estratégias, foram percebidas as seguintes: processo de superação do medo em denunciar alguém de sua própria família; o enfrentamento da vergonha, de supostas retaliações e pressões que podem emergir tanto no seio familiar, quanto pela família ampliada e na comunidade; a superação de preconceitos em chegar à delegacia e registrar a ocorrência policial e/ou acessar os meios de comunicação para buscar solução da situação vivenciada; o acolhimento do idoso fragilizado em virtude da situação de violência sofrida; a solicitação do afastamento do agressor do convívio com o idoso; separações do casal ou de ente familiar (genro/nora) que promovia as agressões; pagamento de cuidador para garantir a proteção e o bem estar do idoso vulnerabilizado, entre outras.

Nota-se que os encaminhamentos utilizados, realizados após a intervenção do Ministério Público, são os de inserção às políticas públicas existentes nos municípios. Destaca-se: inserção em Programas assistenciais de acompanhamento sócio familiar – Centro Dia; Programa OASF Idoso; Acompanhamento pelo Programa de Saúde da Família e Equipe da Unidade Básica de Saúde; Determinação de tratamento à drogadição e/ou tratamento psiquiátrico ou psicológico para o agressor. A realização de audiências extrajudiciais de conciliação se constitui como uma das estratégias mais utilizadas pelo Ministério Público para romper com a situação de violência

intrafamiliar. São instrumentos que possibilitam acordos, tais como a entrega de cartão de benefício do idoso; obrigação de prestar cuidados gerais e de moradia ao idoso, auxiliar na administração do Benefício, com obrigação de prestar contas ao idoso e a qualquer irmão; filhos assumirem obrigação de contratar cuidador para o idoso, a fim de fazer companhia na sua casa e prestar os cuidados durante finais de semana.

Nos programas de proteção ao idoso, as estratégias utilizadas pelos profissionais da Rede de Proteção Básica e Especial para dar conta das múltiplas necessidades humanas do idoso, foram às seguintes: a avaliação psicológica e/ou psiquiátrica, e, se necessário a inserção em psicoterapia para amenizar os conflitos familiares; acompanhamento sociofamiliar por período determinado até a organização da família e amenização dos conflitos; reuniões periódicas com filhos e equipe responsável para avaliar comprometimento, suas fragilidades e potencialidades, com também fortalecer laços familiares.

Considera-se que, para se tornar uma prática social, os direitos devem ser apropriados pelos sujeitos enquanto forma de proteção, o que requer a ampla publicização dos direitos garantidos em leis e atividades preventivas, que acompanhe os idosos para um envelhecer com dignidade. O desafio, em avançar para uma sociedade que proteja os seus idosos para um envelhecer digno, perpassa na construção de estratégias e políticas públicas que dêem respostas factíveis e resolutivas as suas necessidades humanas.

Considerando o trabalho efetivado em Caxias do Sul, a pesquisa apontou dificuldades operacionais e a necessidade de se avançar na garantia de uma intervenção intersetorial, uma vez que a intersetorialidade das políticas sociais se torna uma ação imprescindível para garantir a efetividade e a concretização dos direitos sociais. No caso do idoso, torna-se mais relevante em razão das suas múltiplas necessidades, seja pelo atendimento à saúde, assistência social, educação continuada, habitação, acessibilidade, mobilidade urbana, transporte, trabalho, esporte e lazer, segurança pública, entre outros.

Constatou-se que o cadastramento territorial, previsto no Estatuto do Idoso, ainda está distante de se concretizar. Os profissionais da saúde apontaram como sendo uma das limitações a sobrecarga de demandas e o acompanhamento do idoso ocorrem de forma eventual. No entanto, há que se avançar nestas práticas casualísticas, onde os gestores e profissionais devem estar cada vez mais atentos, uma vez que os traumas produzidos por esta violência que não provocam a morte, mas produzem sérios agravos físicos e transtornos psicológicos nas pessoas, representando uma demanda significativa para os serviços de emergência, para a atenção especializada e para os serviços de assistência social, basicamente. A cidade carece de um atendimento psicoterapêutico para atender, não só o idoso vitimizado, mas o agressor, a fim de

evitar a perpetuação da violência intrafamiliar. Nos programas existentes nos territórios (ESF, EACS, CRAS e CREAS), o enfrentamento da situação da violência implica em investir em planejamento e articulação intersetorial (trabalho em rede).

No sentido acima mencionado, observou-se que não há muita clareza sobre as responsabilidades das políticas implicadas, visto que, nos casos de violência contra a pessoa idosa, a intervenção muitas vezes tem sido somente a de detectar e encaminhar, com expectativa de que os programas (OASF Idoso e Centro Dia para Idosos) solucionem a situação.

Observou-se também, que há necessidade de investir na qualificação do processo de trabalho, visto que nem sempre se dispõe de diagnósticos com informações e pareceres técnicos consistentes para subsidiar uma intervenção mais efetiva, bem como falta uma comunicação mais eficiente entre os níveis de proteção intra e interinstitucional.

Diante das questões e desafios apontados, se busca concluir este estudo ressaltando que as expressões da violência contra a pessoa idosa necessitam de enfrentamento, e estas possibilidades dependem de uma ação coletiva, de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família. Ressalta-se, em especial, a importância da capacitação de profissionais que atuam diretamente na área e também na rede sócio-assistencial, para que, através da construção de metodologias, consigam transformar pressupostos teóricos em diretrizes operacionais capazes de nortear a ação para a proteção social ao idoso.

Diante da acelerada transição demográfica da população brasileira, se torna necessário continuar pesquisando para compreender a multidimensionalidade do processo de envelhecimento humano e propor ações eficazes no combate aos mitos e preconceitos relativos ao envelhecimento, que acabam levando a uma imagem negativa do idoso, contribuindo para sua vitimização. Urge a necessidade de valorização e reconhecimento da participação social dessa crescente parcela da população. Para isso, são necessárias políticas sociais amplas e expressivas que promovam a proteção social do idoso.

Frente aos indicadores municipais de violência contra a pessoa idosa em Caxias do Sul, considera-se fundamental a eficácia da articulação conjunta, entre os vários setores da sociedade, para a concretização de um sistema de proteção social, com políticas sociais indutoras de inclusão ou reinclusão e que possam garantir às necessidades básicas das famílias, a superação de situações de riscos, as fragilidades e vulnerabilidades sociais visando a construção de ambientes saudáveis, sem violência.

Destaca-se que um dos maiores obstáculos para a construção de alternativas à violência são, decisivamente, a naturalização e a banalização da violência, da dor e do sofrimento. A superação deste problema perpassa pela construção de uma nova cultura: a de respeito absoluto

à integridade das partes implicadas; de valorização da vida em todas as suas expressões; a da preservação e cuidados com a sua própria vida e com a do outro; sentir-se pertencente à família, à comunidade e a sociedade em que vive; a possibilidade de ser/estar acolhido; compartilhar valores; ser aceito e ter referências construtivas na sociedade.

Tem-se a convicção de que, com educação, escuta sensível, método do consenso, acordos de bom convívio, ações e atitudes de respeito aos direitos humanos, se construirá ambientes saudáveis, conseqüentemente, repercutirá nas mudanças dos indicadores de violência familiar.

O desafio maior é ressignificar todos os determinantes que geram a violência, num movimento transformador, que leve os indivíduos de todas as gerações a repensar suas práticas, a mudar a realidade e a construir um município saudável, com maior qualidade de vida e de inclusão social.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Beneficiário de plano de saúde, por cobertura assistência (Brasil, 2003-2009)**. Disponível em: [www.ans.gov.br/portal/site/informacoesss/iss\\_dados\\_gerais.asp](http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoesss/iss_dados_gerais.asp); Acesso em: 05 nov. 2008.

ABURQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. **Envelhecimento ativo: desafio do século**. São Paulo: Andreoli, 2008.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social, intencionalidade e instrumentação**. 2 ed. São Paulo, Veras Editora, 2003.

BATISTA, A. S.; JACCOUD, L. A.; EL-MOOR, P. D. **Envelhecimento e dependência: desafios para organização da proteção social**. Brasília: MDS, SPPS, (Coleção Previdência Social: v.28), 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BELLINI, M.I.B. **Arqueologia da violência familiar**. Porto Alegre, 2002. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BEHRING, E.R & BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2), 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Exame de Proficiência: uma estratégia inócua**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 94, 2008, p. 5-21.

BRASIL. **Constituição 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº. 8.213**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. LEI Nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. LEI Nº. 8.842/1994 - **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, Cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. LEI Nº. 10.741/2003 - Lei Especial - **Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) – **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) – **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Sistema Único de Assistência Social)**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Brasília, jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009 do Ministério do desenvolvimento social e combate à fome e Conselho Nacional de Assistência Social. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Idosos serão priorizados**. Saúde Brasil. Edição 112, 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude%20brasil%20-%20agosto.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 399/GM. Ministério da Saúde. **Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido**. BRASÍLIA, 2006b. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM399\\_20060222.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM399_20060222.pdf). Acesso em 19 out. 2010.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, 2006c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral.subsecretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **I Conferência Nacional de Direitos do Idoso - Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI**, Brasília, 2006d.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa** – Brasília, 2006e.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. **O SUS de A a Z : garantindo saúde nos municípios**. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus\\_3edicao\\_completo.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf). Acesso em: 15 de out. 2010.

BRITO, D.O; FALEIROS, V.P. **A violência intrafamiliar contra a pessoa idosa e as relações familiares**. In: FALEIROS, V.P.; LOUREIRO, A.M.L; PENSO, M.A. O conlui do silêncio: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. São Paulo: Roca, 2009. p. 21-45.

BRITO, R. C; KOLLER, S. H. (1999). **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In A. M. Carvalho (Org.), O mundo social da criança: natureza e cultura em ação (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família:** cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

BULLA, L.C. **A Pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais.** EDIPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. A Gerontologia Social na Universidade: o desafio da produção de conhecimentos e da qualificação profissional. **Revista Virtual Textos & Contextos.** Porto Alegre: PUCRS, v.1, n.1, 2002.

BULLA, L.C; TSURUZONO, E.R.S. Envelhecimento, família e políticas sociais. **In: Revista de Políticas Públicas.** São Luis, Vol. 14, n.1 (jan/jun.2010). EDFUMA, 2010, p.103-112.

BUTLER, R.; LEWIS, M.; SUNDERLAND, T. **Aging and Mental Health:** positive psychosocial and biomedical approaches. New York: Macmillan, 1991.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira:** uma contribuição demográfica. In: Freitas, E. V; PY, L.; Nery, A. L.; Cançado; F. A. X. et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan,2001. p. 52-61.

CAMARANO, Ana A. et al. **Famílias:** espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: Camarano, A.A.(org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana A; Ghaouri, Solange K. **Famílias com Idosos:** ninhos vazios? Rio de Janeiro, IPEA, Texto para discussão N° 950, 2003.

CAXIAS DO SUL, **Secretaria Municipal do Planejamento.** Mapa do plano físico urbano – Planos Setoriais. Caxias do Sul, 2005, s/p.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Municipal do Planejamento.** Mapa de Caxias do Sul, região rural. Caxias do Sul, 2005, s/p.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico.** Informações a Respeito do Município de Caxias do Sul, 2008, s/p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão e Finanças. **Despesas Com Percentuais Por Órgão Sem Contas Intra-Orçamentárias do Exercício 2009,** 2009, s/p.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social. **Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul – RECRIA.** disponível em: <http://www.recria.org.br/>. Acesso em 15 nov. 2010a

\_\_\_\_\_. **Serviços Prestados pelo SUS – PSF.** Caxias do Sul, 2010, disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/saude/texto.php?codigo=19> . Acesso em 15 nov. 2010b.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Fundação de Assistência Social. **Plano Plurianual de Assistência Social 2006 – 2009.** Caxias do Sul: FAS, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COHN, Amélia; ELIAS, Paulo E. (Coord.). **O Público e o privado na saúde.** O PAS em São Paulo. São Paulo: Cortez Editora/CEDEC, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KHODR, C.; LEITE, L. **Ministro da Saúde reconhece dificuldade de financiar atendimento do SUS.** Correio Braziliense. Publicação: 17 out. 2010. Disponível em : <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/182/2010/10/17/brasil,i=218468/MINISTRO+DA+SAUDE+REC+ONHECE+DIFICULDADE+DE+FINANCIAR+ATENDIMENTO+DO+SUS.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2010.

CURY, C.R.J. **Educação e Contradição.** São Paulo. Cortez, 1986.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm).

DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M.C.(Org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 27 ed., São Paulo: Vozes, 2008, p. 21.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo, Editora Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Vícios Metodológicos.** In: Professor & Pesquisa (4). Disponível em: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/profpesq4.html> > Acesso em 02 de mai 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Conselho Nacional de Assistência Social, **Resolução nº- 13, De 7 de Abril de 2010.** Brasília, 20 de abr. 2010. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=20/04/2010&jornal=1&pagina=170&totalArquivos=192> > Acesso em: 18 de Nov. 2010.

DONADON, João. **Previdência social: breve conceituação e impactos sociais.** Brasília. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/eixos/2.pdf>

DUARTE, A. Terceira Idade – **Violência contra os idosos continua em alta em Caxias do Sul. Uma vítima a cada 2 dias.** **Jornal Pioneiro.** Caxias do Sul, 16 jun. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/plantao/10,2938077,A-cada-dois-dias-um-idoso-e-vitima-de-maus-tratos-e-negligencia-em-Caxias-do-Sul.html> > Acesso em 17 jun.2010.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes da nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESPÍNDOLA, C.R.; BLAY, S.L. Prevalência de maus-tratos na terceira idade: revisão sistemática. **In: Revista Saúde Pública**, v.41 n.2 São Paulo abr. 2007.

FALEIROS, V. P. **Cidadania: idosos e a garantia de seus direitos.** In: Idosos no Brasil: vivência, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores.** Brasília: Editora Universa, 2007b.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da idade.** São Paulo: Gente, 1995. 143 p.

FREURY, Sonia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população, por município, faixa etária e sexo, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_populacao.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php) > Acesso em 20/06/10

GAMBOA, Silvio A. S. **A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto**. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de Pesquisa qualitativa In: **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 27 ed., São Paulo: Vozes, 2008a, p.70-108

GROSSI, Patrícia Krieger; BARRILI, Heloísa; SOUZA, Carolina Claraz. **A violência invisível no cotidiano de idosos**. In: Invelhecimento Bem Sucedido. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GROSSI, Patrícia Krieger; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg; HILLEBRAND, Marinez Domeneghini. **Enfrentando o Burnout de cuidadores: uma estratégia para a prevenção a violência**. In: Convivendo com o familiar Idoso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GROSSI, Patrícia Krieger; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg. Intersetorialidade na política de saúde do idoso. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 6, ano V. dez. 2006.

GUIMARÃES, Larissa. **Expectativa de vida do brasileiro chega a quase 72 anos; Nordeste tem ganho maior**. Notícias UOL. São Paulo, 01 dez. 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2006/12/01/ult23u273.jhtm>. Acesso em 18 mai. 2007.

HEREDIA, V.B.M; CASARA, M B; CORTELLETTI, I.A. Impactos da longevidade na família multigeracional. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. V.10. Nº. 1 jan - abr/2007 – Rio de Janeiro. UNATI- UERJ

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2008.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. IBGE Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=273](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=273) acesso em: 02 nov 2005.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais – 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=987](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=987)> Acesso em 24/05/09

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2009**. In: Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 26. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estimativas populacionais dos municípios em 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2006/POP\\_2006\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2006/POP_2006_DOU.pdf)>  
acesso em: 09/10/2008.

\_\_\_\_\_. **Preocupação Futura.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/preocupacao\\_futura.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/preocupacao_futura.html)> Acesso em 20/05/09

\_\_\_\_\_. **Em 2006, a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 72,3 anos.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1043&](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1043&)>  
Acesso em 20/05/09.

\_\_\_\_\_. Caxias do Sul. **Serviços de Saúde.** 2009. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 08/01/11

\_\_\_\_\_. **Indicadores sócio-demográficos e de saúde no Brasil 2009. IBGE divulga Indicadores Demográficos e de Saúde.** Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1445&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1445&id_pagina=1) Acesso em 23 de outubro de 2009.

IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Brasília, 2009.

KASLOW, F.W. Families and family psychology at the millenium. **American Psychologist.** V 56, n. 1, pág. 37-46, 2001.

KRESTAN, J.A; BEPKO, C. **Problemas de alcoolismo e o ciclo de vida familiar.** In: As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 416-439.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Lawton, Powell, M. **A multidimensional view of quality of life in frail elderly.** In J E Birren, J E, Lubben, J C Rowe, and D E Deutchmann (Eds.). *The concept and measurement of quality of life in the frail elderly.* San Diego: Acedemic Press, 1991.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal / lógica dialética.** 5. ed. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Mariúza Pelloso. **Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI.** In: KACHAR, Vitória. Longevidade: um novo desafio para a educação. São Paulo:Cortez, 2001.

MARCONI, Marina de A e LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS DE SÁ, J. L. **Da Universidade da 3ª Idade para a Comunidade. Educação Popular x Educação Acadêmica.** Cadernos de Serviço Social. Campinas, PUCCAMP, ano VIII, Ed. Especial, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) – **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) – **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Sistema Único de Assistência Social).** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Brasília, jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009 do Ministério do desenvolvimento social e combate à fome e Conselho Nacional de Assistência Social. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

MARTINELLI, M. Lúcia. (Org.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. Cadernos NEPI. SP: PUCSP, 1994.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3 ed., São Paulo, Nova Cultural, v.I (tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coleção Os economistas.), 1988.

MENDONÇA, J. M.B. ; GÓIS, V. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Organização das Nações Unidas; Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

MENDES, P. B. M. T. **Cuidadores: heróis anônimos do cotidiano**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social do Programa em Serviço Social. PUC/SP).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos: relevância para um velho problema**. Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública, 19 (3): 783-791, 2003.

\_\_\_\_\_. O desafio da Pesquisa Social. In: **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 27. ed., São Paulo: Vozes, 2008a, p. 9-29.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed., São Paulo: Hucitec, 2008b. 269p.

\_\_\_\_\_. **Violência contra Idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2. ed. 2005.

\_\_\_\_\_. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, vol. 10. 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1994000500002](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002)> Acesso em 17 jun. 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 55, São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 288.

NERI, A. L. ; CARVALHO, V. A. M. L. **O bem estar do cuidador: Aspectos psicossociais**. In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p.778-790..

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecimento e Qualidade de Vida na Mulher**. In: 2º congresso paulista de geriatria e gerontologia. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/maio2007/2congresso.pdf>. acesso em 20.10.2010

\_\_\_\_\_. **Atitudes e preconceitos em relação à velhice.** In: Idosos no Brasil: vivência, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social:** um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999.

NETTO, Mateus Papeléo. **O estudo da velhice no Século XX:** histórico, definição e termos básicos. In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p. 02-12.

OLIVEIRA, Edjane Ferreira. et al. **As determinações da política de saúde brasileira Contemporânea:** mecanismos de controle social x Condicionalidades dos organismos internacionais. In: Conferência Mundial de Serviço Social, 19ª, 2008, Salvador, BA. Anais, CFESS, 2008, p. 1-8.

OLIVEIRA, Mara. et al. **Programa Integrado de Atendimento Familiar:** proposta de Trabalho do Município de Caxias do Sul. In: 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, 2008, Salvador. Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social - O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual, Salvador, 2008.

ONU- Organização Das Nações Unidas. **Informe da Assembleia Mundial sobre o envelhecimento da população.** Resolução 37/51. Viena (Austria): ONU, 1982.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Informe da Assembleia Mundial sobre o envelhecimento da população.** Resolução 57/167. Madrid (Espanha): ONU, 2002.

PELISSER, K. I. Pessoas que não utilizam SUS foram incluídas no cadastro do Bolsa Família em Caxias do Sul. **Jornal Pioneiro.** Caxias do Sul, 21 mai. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/plantao/10,2911913,Pessoas-que-nao-utilizam-SUS-foram-incluidas-no-cadastro-do-Bolsa-Familia-em-Caxias-do-Sul.html>>. Acesso em 18 set. 2010.

PENSO, M.A;MORAIS, I.A. **O ciclo da violência em famílias com idoso.** In: O conlui do silêncio – a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. São Paulo: Roca, 2009. p. 47-62.

PEREIRA, A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser Social e Serviço Social.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Unb, n.6, jan/jun, 2000b, p. 119-132.

\_\_\_\_\_. **Estado, sociedade e esfera pública.** In: Serviço Social: Direitos e Competência Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 285-300.

PEIXOTO et al. **Custo das internações hospitalares entre idosos brasileiros no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Brasília, Epidemiol. Serv. Saúde, v. 13, n. 4, 2004.

PINQUART, M; SORENSEN, S. **Gender Differences in Self-Concept and Psychologic Well-Being in Old Age: a meta-analysis.** Journal of Gerontology Psychological Sciences, Waltham, v. 56B, n. 4, p. 195-213, 2001.

PRATES, Jane. O planejamento da pesquisa. **Revista Temporalis – ABEPSS.** nº 7. Porto Alegre, 2003.

PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pnud/>. Acesso em: 19 out. 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de Assistência Social: caminho da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 2000, 304p.

\_\_\_\_\_. Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. **In: Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, ano 27, nº 85, mar. 2006, p. 109-116.

\_\_\_\_\_. **Trabalho do Assistente social na esfera pública.** In: Serviço Social: Direitos e Competência Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 377-391.

REIS, Carlos Nelson (Org). **Exclusão social e políticas sociais. Uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas para inclusão social.** In: Sopro do Minuano: transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2007.

RYFF C.D. et al. **Resilience in adulthood and later life: defining features and dynamic processes.** In Lomranz J, (Ed.), Handbook of Aging and Mental Health: An Integrative Approach, 1998, New York: Plenum Press.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Justiça do Desenvolvimento. **Manual do participante da III Conferência Estadual do Idoso,** Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Saúde. **Saúde Estadual promove seminário sobre a violência contra o idoso.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=noticias&cod=43938>> Acesso em: 17 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Saúde. **Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Notificação Compulsória de Casos Suspeitos ou Confirmados de Violência.** Porto Alegre : CEVS, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Saúde. **Programa De Prevenção Da Violência - PPV.** Porto Alegre. Disponível em <http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=servicos&cod=8761>

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Saúde **Plano Estadual de Saúde 2009 – 2011.** Porto Alegre. ASSTEPLAN, 2010. Disponível em: [http://www.saude.rs.gov.br/dados/1285292213796PES\\_2009\\_2011\\_FINAL\\_MODIFICADO\\_EM\\_22\\_09\\_10.pdf](http://www.saude.rs.gov.br/dados/1285292213796PES_2009_2011_FINAL_MODIFICADO_EM_22_09_10.pdf)

\_\_\_\_\_. Secretaria da Saúde do Estado. **Relatório Individual de Notificação de Acidentes e Violência.** Porto Alegre, 2009.

STECANELA, N; FERREIRA, P.M. **Mulheres e Direitos Humanos, desfazendo imagens, (re)construindo identidades**. Caxias do Sul : Editora São Miguel, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, ano 23, n 71, set. 2002, p. 9-25.

SPOSATI, Aldaíza. **Gestão Pública Intersetorial: sim ou não? Comentário de experiência**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade 85**. São Paulo: Cortez Editora, ano 27, nº 85, mar. 2006, p.133-140.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria da Saúde. **Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais**. São Paulo: Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS.: SMS, 2007.

SINGER, Paul. **Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras**. In: Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo. 2 ed. Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capita: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 3ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

TSURUZONO, E.R.S.; BENDIN, M.L. **II Conferencia Municipal do Idoso**. Relatório Final. 2008.

TSURUZONO, E.R.S. et al. Formas de registro e de sistematização dos dados no atendimento à mulher em situação de violência. In: **Anais do Seminário "Retratos da violência de gênero em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

TSURUZONO, E.R.S. **Significado do Engajamento dos Stakeholders em Organizações do Terceiro Setor, Estudo de Caso Realizado no Centro Assistencial Portal da Luz**. Faculdade Nossa Senhora de Fátima, 2005, 116p.

\_\_\_\_\_. **Assessoria na garantia dos direitos sociais do idoso. Brasília, 2007**. Disponível em: [http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_artigos/51.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/51.pdf) > Acesso em: 17 nov. 2010.

VASCO. Paulo Sérgio. **Comissão debate violência contra os idosos**. Agência Senado.2006 Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=56807&codAplicativo=2&par ametros=idosos>> Acesso em: 17 jun. 2009.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. A nova (des)ordem mundial - implicações na universidade e a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 44, p. 5-25, abr. 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Voluntariado e profissionalismo na intervenção social. Intervenção Social: Revista do Instituto Superior de Serviço Social**. Lisboa/Beja, 2002.